

DESAFIOS E SUPERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

CHALLENGES AND OVERCOMING OF FAMILY FARMING IN TIMES OF PANDEMIC

DOI: 10.16891/2317-434X.v13.e3.a2025.id2506

Recebido em: 22.11.2024 | Aceito em: 21.09.2025

Kamila de Oliveira do Nascimento^{a*}, Thamyres Fernandes Pinto^a, Hosana Lima Siqueira de Souza^b, Lucrécia Helena Loureiro^a

**Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, Volta Redonda – RJ, Brasil^a
Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, Volta Redonda – RJ, Brasil^b**

***E-mail: kamila.nascimento@yahoo.com.br**

RESUMO

O fortalecimento da agricultura familiar é essencial para garantir o acesso a alimentos saudáveis, uma vez que o setor é responsável por 23% dos alimentos produzidos no Brasil. Apesar de sua importância, os agricultores familiares enfrentam desafios estruturais, agravados pela pandemia de COVID-19, especialmente no contexto de uma comunidade localizada no interior do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Este estudo teve como objetivo avaliar os desafios enfrentados por esses agricultores durante a pandemia, com foco em aspectos sociodemográficos, práticas agrícolas e comercialização. Trata-se de um estudo transversal descritivo, realizado entre dezembro de 2020 e outubro de 2021, com 100% (n=22) agricultores familiares selecionados. Dos entrevistados, 72,7% eram homens, com idades entre 23 e 66 anos, predominando a faixa de 30 a 43 anos. Em relação à cor/raça, 86,4% se declararam brancos, 9,1% pretos e 4,5% pardos. Todos produziam hortaliças, e 45,5% também cultivavam vegetais, embora nenhum possuísse certificação orgânica. Quanto à comercialização, 59,1% participavam do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto 40,9% não estavam inseridos nesse mercado. Os resultados evidenciaram grandes dificuldades na produção e comercialização, intensificadas pela pandemia. Conclui-se que a implementação de políticas públicas mais eficazes e colaborativas é fundamental para apoiar esses agricultores, incluindo a modernização de equipamentos e a inclusão nos mercados digitais como alternativas tecnológicas para promover a sustentabilidade e a inclusão produtiva. Essas medidas são essenciais para fortalecer a resiliência do setor frente a crises futuras.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Políticas públicas inclusivas; COVID-19.

ABSTRACT

Strengthening family farming is essential to ensure access to healthy food, since the sector is responsible for 23% of the food produced in Brazil. Despite their importance, family farmers face structural challenges, aggravated by the COVID-19 pandemic, especially in the context of a community located in the interior of the state of Rio de Janeiro, Brazil. This study aimed to assess the challenges faced by these farmers during the pandemic, focusing on sociodemographic aspects, agricultural practices, and marketing. This is a descriptive cross-sectional study, carried out between December 2020 and October 2021, with 100%(n=22) selected family farmers. Of the interviewees, 72.7% were men, aged between 23 and 66 years old, with a predominance of the 30 to 43 age group. Regarding color/race, 86.4% declared themselves white, 9.1% black, and 4.5% brown. All of them produced vegetables, and 45.5% also grew vegetables, although none had organic certification. As for marketing, 59.1% participated in the National School Feeding Program (PNAE), while 40.9% were not part of this market. The results showed major difficulties in production and marketing, intensified by the pandemic. It is concluded that the implementation of more effective and collaborative public policies is essential to support these farmers, including the modernization of equipment and inclusion in digital markets as technological alternatives to promote sustainability and productive inclusion. These measures are essential to strengthen the resilience of the sector in the face of future crises.

Keywords: Family farming; Inclusive public policies; COVID-19.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar sempre se fez presente na sociedade brasileira, desenvolvendo as primeiras atividades agropecuárias. Constitui um dos principais segmentos desse setor ao lado da agroindústria, respondendo pela produção agrícola nacional, contribuindo, principalmente, com o fornecimento de produtos básicos da cesta de alimentos brasileira, como arroz, feijão, milho e carnes (CASTRO, 2015; TROIAN *et al.*, 2020).

O conceito de agricultura familiar ressalta as distintas relações de propriedade, controle e trabalho, podendo ser definida como uma unidade de produção gerenciada pela família, em que a maior parte do trabalho (se não todo) é da unidade familiar, sendo as decisões relacionadas às atividades produtivas tomadas geralmente pela própria família (MONTEIRO *et al.*, 2024).

No Brasil, a agricultura familiar é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, onde a mão de obra é majoritariamente composta por membros da família. Esse tipo de agricultura é essencial não apenas para a produção de alimentos, mas também para a manutenção das tradições culturais e a preservação do meio ambiente (KLOSTER; STROPARO, 2024).

A agricultura familiar é a principal forma de produção agrícola em diversas cidades brasileiras e constitui uma estratégia importante para o desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável. Quando incentivada adequadamente, essa produção contribui para a redução do desemprego, fome e desnutrição, além de promover o consumo de alimentos regionais e saudáveis, oferecendo frutas, hortaliças, fibras e cereais integrais (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Apesar do seu potencial econômico e social considerável, a agricultura familiar enfrenta desafios específicos, muitas vezes decorrentes da baixa qualificação dos produtores e da inserção em um ambiente competitivo e tecnificado, característico da agricultura brasileira (ROCHA JUNIOR *et al.*, 2019).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destaca-se como uma das mais antigas e permanentes intervenções governamentais federais na área de suplementação alimentar, dentro das políticas sociais e assistenciais do Brasil. É também um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, com

cobertura universal e oferta gratuita de refeições, sendo atualmente considerado uma estratégia fundamental para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Assim, no Brasil, a aquisição de alimentos da agricultura familiar tem sido incentivada por meio de políticas promotoras de alimentação e nutrição (ARAÚJO *et al.*, 2019). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, com cobertura universal e gratuidade na oferta de refeições, considerado atualmente uma importante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (FERIGOLLO *et al.*, 2019). Por intermédio do PNAE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação (FNDE) repassa recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios para a compra de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades dos estudantes da Rede Pública de Ensino, com a obrigatoriedade de utilização de, no mínimo, 30% desses recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.947/2009 (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Dessa forma, o fortalecimento da agricultura familiar é essencial para garantir o acesso a alimentos saudáveis. O Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2010) reconhece a importância da articulação com políticas voltadas para a agricultura familiar como uma estratégia fundamental para a implementação dessa política.

No entanto, com o surgimento de um novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19 (abreviação de *Coronavirus Virus Disease* 2019), e sua rápida disseminação em diversos países, incluindo o Brasil, houve a interrupção de várias atividades e a implementação de medidas de isolamento social, alterando significativamente a rotina da população (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Devido às medidas de emergência implementadas durante a pandemia de COVID-19, a comercialização de alimentos pelos agricultores familiares, especialmente em feiras livres, foi diretamente afetada, reduzindo a renda desses produtores e comprometendo o acesso das suas famílias a uma alimentação adequada.

Além disso, esses agricultores necessitam de suporte para manter sua saúde e produtividade, considerando que o setor é responsável por grande parte dos alimentos consumidos pela população brasileira.

Assim, é fundamental investigar se os agricultores familiares receberam algum tipo de auxílio municipal ou governamental, como cestas básicas, apoio financeiro ou outros benefícios que contribuíram para sua subsistência.

E é essencial analisar o impacto da pandemia na produção e comercialização de alimentos na região. Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar os desafios enfrentados pela agricultura familiar de Santa Rita de Cássia, em Barra Mansa, RJ, durante a pandemia de COVID-19.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, com delineamento descritivo e abordagem quantitativa, desenvolvido com base em dados primários coletados por meio de questionário eletrônico autoaplicável. A amostra foi composta por 100% dos agricultores familiares da localidade de Santa Rita de Cássia, município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, selecionados de forma aleatória dentro de uma amostragem por conveniência, no período de dezembro de 2020 a outubro de 2021. A coleta de dados foi realizada de forma remota, utilizando a ferramenta *Google Forms*® (disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSchShADyMfKBcH0ya0gHc99cq7IQrFDel4FRmn-DuVoSihKMw/viewform?usp=pp_url), em virtude das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de COVID-19, que inviabilizaram a aplicação presencial dos instrumentos. Ressalta-se como limitação metodológica a necessidade de acesso à *internet* por parte dos participantes, o que pode ter comprometido a representatividade da amostra, dado que agricultores sem conectividade adequada ou familiaridade com meios digitais não puderam participar do estudo.

O instrumento foi estruturado em duas partes. A primeira contemplou dados sociodemográficos (sexo, idade, raça/cor, escolaridade, renda bruta mensal, área produzida e condição de posse da terra). A segunda parte

abordou aspectos relacionados à produção e comercialização agrícola, com questões abertas e fechadas que investigaram o tipo de alimentos produzidos, certificação orgânica, participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dificuldades enfrentadas durante a pandemia, formas de comercialização adotadas e sugestões para o fortalecimento da agricultura familiar.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário de Volta Redonda, conforme Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 34900820.2.0000.5237 e Parecer nº 4.314.643. O link do formulário foi enviado a uma pesquisadora do projeto, que mantinha contato direto com os agricultores da localidade, a fim de facilitar o acesso ao questionário. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi incluído no início do formulário, sendo o envio das respostas condicionado à anuência do participante. Foram considerados elegíveis os agricultores familiares residentes em Santa Rita de Cássia, com idade igual ou superior a 18 anos, com acesso à internet e que concordaram voluntariamente em participar.

Os dados obtidos foram organizados e analisados com o auxílio do *software Microsoft Excel*®, versão 2010, por meio de estatística descritiva simples (frequência absoluta e relativa), com a finalidade de caracterizar o perfil dos participantes e identificar os principais impactos da pandemia sobre a produção e comercialização agrícola.

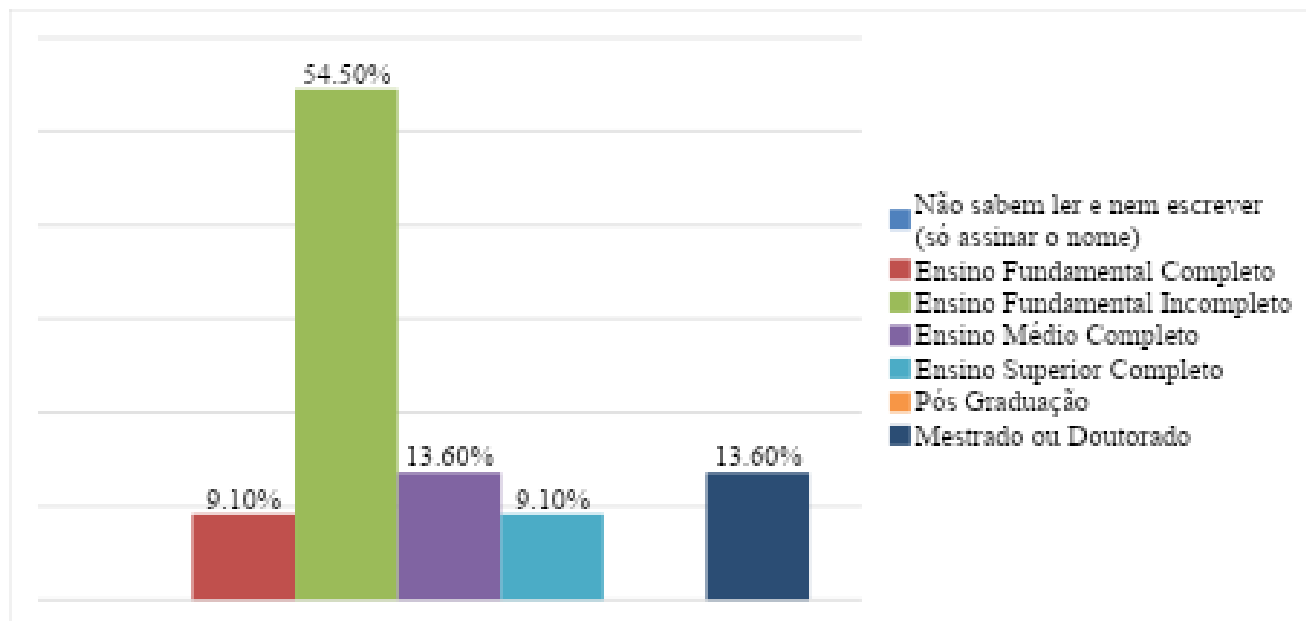
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se que 72,7% (n=22) dos agricultores familiares eram do sexo masculino. Sendo que a faixa etária variou de 23 a 66 anos, prevalecendo a maioria dos agricultores na faixa de 23 e 28 (4,5%) respectivamente, 30 (22,7%), 31 anos (9,1%) 43 anos (18,2%) e com 56 anos (9,1%). 86,4% se declararam como brancos e 9,1% pretos e 4,5% como pardos.

A Figura 1 apresenta o nível de escolaridade dos agricultores familiares.



Figura 1. Nível de escolaridade dos agricultores familiares.



Verifica-se que a maioria dos agricultores familiares (54,5%) possui ensino fundamental incompleto, 13,6% completaram o ensino médio, 9,1% têm ensino fundamental completo, 9,1% possuem nível superior e 13,6% possuem mestrado ou doutorado (Figura 1).

Na Tabela 1 estão apresentados os dados da renda mensal, condição fundiária e área cultivada dos agricultores familiares entrevistados.

Tabela 1. Renda mensal, condição fundiária e área cultivada dos agricultores familiares entrevistados.

Aspecto	Distribuição (%)
Renda mensal	54,5% (2 a 3 SM); 13,6% (4 a 5 SM); 18,5% (>5 SM)
Condição fundiária	36,4% proprietários; 18,2% revendedores; 18,2% arrendatários c/ contrato; 4,5% arrendatários s/ contrato; 4,5% secretários de associação
Área cultivada	45,5% (<1 arado); 22,7% (1 a 2); 27,3% (2 a 3); 4,5% (3 a 4)

Observa-se que a maioria dos agricultores possui renda mensal modesta e explora áreas relativamente pequenas. A condição fundiária é heterogênea, com predominância de proprietários e arrendatários, fatores que podem influenciar diretamente a estabilidade da produção e o acesso a políticas públicas. Esses dados complementam o perfil educacional já demonstrado na Figura 1, compondo um retrato da vulnerabilidade e diversidade estrutural que caracterizam a agricultura familiar no contexto estudado.

Estudo realizado por Salgado, Dias; Souza (2021) indicou que todos os agricultores fornecedores eram

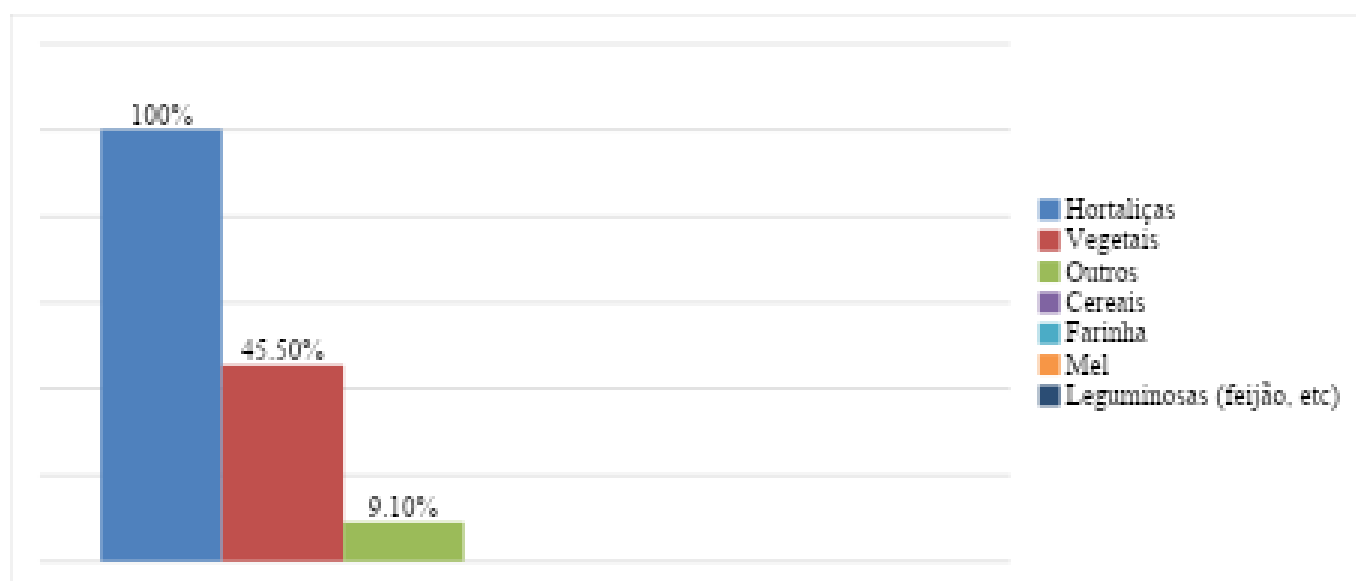
proprietários rurais, com propriedades variando entre 2 e 22 hectares, e que o trabalho era majoritariamente realizado pela própria família. No mesmo estudo, observou-se que a maioria dos agricultores não havia concluído o ensino fundamental, e a idade média dos produtores era de 45,6 anos.

De acordo com Nepomoceno (2021) a pandemia impactou fortemente a agricultura familiar, provocando aumento da vulnerabilidade social e redução da renda, sobretudo em razão das medidas sanitárias que paralisaram ou reduziram atividades produtivas. Esses efeitos evidenciam a fragilidade da estrutura econômica

que sustenta o setor e reforçam a urgência de políticas públicas mais efetivas e articuladas com a realidade dos pequenos produtores.

A Figura 2 apresenta os tipos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

Figura 2. Tipos de alimentos produzidos pelo agricultor familiar



Verifica-se que todos os agricultores familiares (100%) produzem hortaliças e 45,5% também cultivam vegetais, caracterizando uma produção voltada majoritariamente para o abastecimento local e regional. Contudo, nenhum dos produtores possui certificação de agricultura orgânica, o que pode limitar o acesso a nichos de mercado mais exigentes e com maior valor agregado. Essa ausência é frequentemente associada à burocracia, custos elevados, ausência de assistência técnica e à dificuldade de atender às exigências legais impostas aos pequenos produtores.

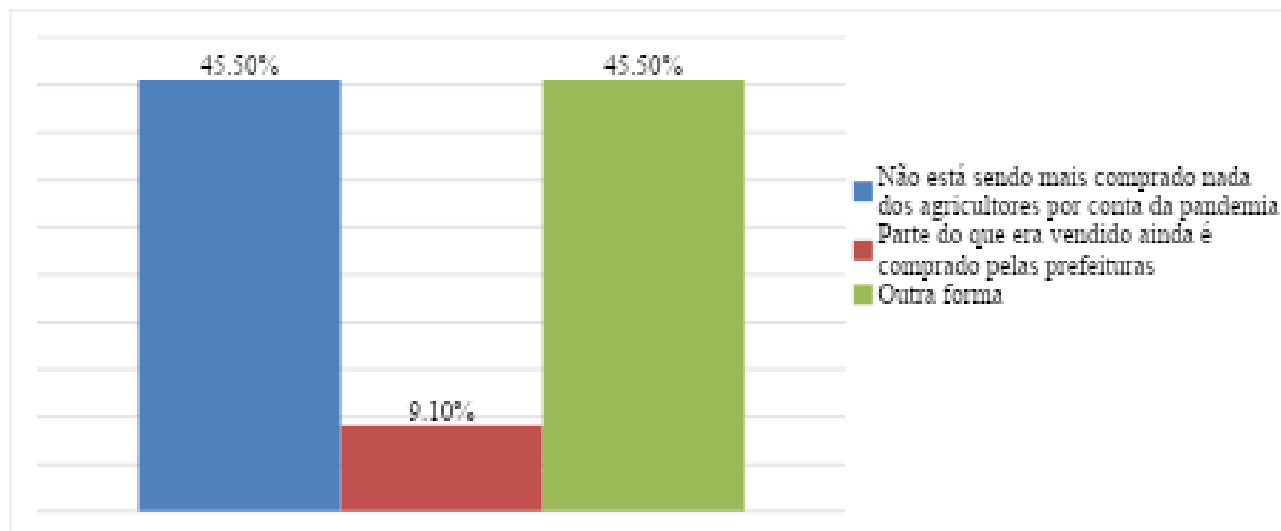
No que tange ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 59,1% dos agricultores realizam venda direta para o programa, enquanto 40,9% não participam. Embora a maioria esteja inserida, ainda há obstáculos à adesão plena, como dificuldades para emissão de notas fiscais, exigências sanitárias e

descontinuidade na execução da política de compras públicas.

Conforme estudo de Salgado, Dias; Souza (2021) a principal fonte de renda dos agricultores é a produção agrícola, com destaque para o cultivo de hortaliças, leguminosas e frutas. Complementando essa perspectiva, Trettin (2021) ressalta que o milho também é uma cultura significativa em áreas de agricultura familiar. Inicialmente cultivado para consumo próprio e alimentação animal, o milho adquiriu maior relevância econômica nos últimos anos. Parte da produção é destinada à ração animal, enquanto o excedente é comercializado ou exportado, contribuindo para a diversificação de culturas e a sustentabilidade da produção.

Na Figura 3, pode-se observar como tem sido feita a venda de alimentos para o PNAE durante a pandemia.

Figura 3. Venda de alimentos para o PNAE durante a pandemia.



Constata-se que, devido à pandemia, 45,5% dos alimentos produzidos pelos agricultores não foram comprados, enquanto apenas uma parte dos produtos destinados ao PNAE (9,1%) passou a ser adquirida pelas prefeituras. As principais dificuldades apontadas pelos agricultores incluem a diminuição das vendas, a impossibilidade de participar de feiras livres para comercialização e as perdas e desperdícios de alimentos, que afetaram diretamente a renda das famílias e a viabilidade da produção.

Esses dados revelam não apenas os efeitos diretos da crise sanitária, mas também a fragilidade estrutural enfrentada por agricultores familiares em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Grande parte desse grupo, que mais necessita de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção e do acesso a mercados institucionais, não possui sequer acesso facilitado a informações sobre essas políticas, tampouco recebe serviços qualificados de assistência técnica e extensão rural (MEDEIROS *et al.*, 2020). Isso evidencia a distância entre as diretrizes previstas nas políticas públicas e sua efetiva implementação no território, especialmente em momentos de emergência como o vivido durante a pandemia.

Esses dados evidenciam a distância entre as diretrizes das políticas públicas e sua implementação

efetiva, especialmente em contextos emergenciais como a pandemia. Durante esse período, observou-se grande desigualdade na execução do PNAE entre as regiões, com paralisações e substituições por cartões ou cestas básicas, muitas vezes desvinculadas da agricultura familiar. Como aponta Schappo (2021) essa fragmentação comprometeu os objetivos da política, prejudicando sobretudo os pequenos produtores do Norte e Nordeste.

A experiência brasileira no combate à fome, destacada pela FAO (2014) demonstra que avanços como o Fome Zero, o PAA e o PNAE, com destinação obrigatória de 30% à agricultura familiar, foram fundamentais na redução das desigualdades. No entanto, a pandemia escancarou o enfraquecimento dessas estruturas, apesar das propostas emergenciais para ampliar o orçamento do PNAE e retomar o SISA e o CONSEA (SCHAPPO, 2021). A falta de articulação federativa e de mecanismos eficazes de controle social limitou os impactos positivos.

Diante disso, torna-se urgente fortalecer institucionalmente essas políticas, assegurando sua continuidade e efetividade. A agricultura familiar deve ser valorizada como pilar de um sistema alimentar sustentável e promotor da segurança de alimento no país.

O Quadro 1, apresenta os impactos da pandemia e formas de comercialização na agricultura familiar.

Quadro 1. Impactos da pandemia e formas de comercialização na agricultura familiar.

Aspecto analisado	Categoria	Percentual (%)
Dificuldade enfrentada na comercialização devido à pandemia	Não consigo escoar toda a produção	4,3
	Não tem para quem vender	31,8
	Só consigo vender parte do que é produzido	63,9
	Possui um hortifruti para escoar a produção	4,5
Formas de comercialização dos produtos	Vende diretamente em feiras livres	59,1
	Vende para supermercados locais	3,4
	Vende para os moradores do bairro	18,2
	Outra forma	31,8

Com relação às dificuldades encontradas na comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores, verifica-se que 63,6% conseguem vender apenas parte do que produzem, enquanto 31,8% não têm para quem vender. Observa-se que, durante a pandemia, 59,1% dos produtos estavam sendo vendidos em feiras livres, 36,8% em supermercados e 18,2% para moradores dos bairros locais (Quadro 1).

Gazolla; Aquino (2021) analisaram as características dos novos mercados digitais da agricultura familiar no Brasil durante a pandemia de Covid-19. Eles constataram que, diante da crise sanitária, os agricultores inseridos nesses mercados digitais demonstraram resiliência e criatividade ao adotarem as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para vender seus produtos, criando novas cadeias curtas de comercialização. Essas cadeias atuam como uma interface tecnológica ou sociotécnica com os consumidores. No entanto, a falta de interação face a face tem dificultado as transações devido à desconfiança entre os atores sociais, especialmente quanto às incertezas do ambiente *online* e à

dificuldade de avaliar a qualidade dos produtos adquiridos, uma vez que não é possível tocá-los, olhá-los ou cheirá-los.

Corroborando esses achados, Nogueira; Marcelino (2021) em estudo realizado no Distrito Federal e Entorno, observaram que associações e cooperativas de agricultores familiares precisaram se reorganizar rapidamente para reduzir perdas e desenvolver alternativas de comercialização. As estratégias incluíram o uso de redes sociais, entregas em domicílio e parcerias diretas com consumidores locais. Embora tenham sofrido prejuízos, essas iniciativas ajudaram a mitigar os impactos imediatos da crise sanitária. No entanto, os autores também destacam que o papel de políticas públicas como o PAA e o PNAE foi fundamental para manter a produção viável e garantir renda a parte dos agricultores, além de assegurar o abastecimento alimentar de populações em situação de vulnerabilidade.

O impacto financeiro da pandemia para o agricultor familiar é ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2. Impacto financeiro da pandemia para o agricultor familiar.

Redução de 10 à 20% no faturamento mensal	13,60%
Redução de 30 à 50% no faturamento mensal	40,90%
Redução de mais de 50% no faturamento mensal	31,80%
Redução de 80% no faturamento mensal	13,60%

O impacto financeiro da pandemia para os agricultores familiares está apresentado na Tabela 2. O dado mais preocupante diz respeito à acentuada redução do faturamento mensal: 40,9% dos agricultores relataram uma queda entre 30% e 50%, enquanto 31,8% tiveram perdas superiores a 50%. Ademais, nenhum dos agricultores entrevistados (n=22) recebeu apoio financeiro

de instâncias governamentais federal, estadual ou municipal durante o período da crise sanitária.

Esses achados refletem um cenário já evidenciado por autores como Bittencourt (2020) que aponta o histórico descompasso entre o desenvolvimento das grandes propriedades rurais e das pequenas. As dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar durante

a pandemia revelam não apenas a fragilidade de suas cadeias de comercialização, mas também a ausência de políticas públicas estruturantes de apoio em contextos emergenciais. A dependência de canais informais de escoamento como feiras livres e venda direta ao consumidor tornou-se um fator agravante diante das restrições sanitárias impostas.

Do ponto de vista econômico, Campos *et al.* (2024) destacam a importância de se compreender os impactos das políticas de desenvolvimento rural por meio de modelos de Equilíbrio Geral Computável (EGC), que capturam as dinâmicas inter-regionais e intersetoriais do sistema produtivo, especialmente quando considerados os diferentes biomas e realidades socioeconômicas do país. Essa abordagem contribui para a construção de estratégias territorializadas, mais sensíveis à diversidade da agricultura familiar brasileira, e reforça a necessidade de políticas que integrem crédito rural, assistência técnica e acesso a mercados.

Apesar do cenário adverso, os agricultores também apontaram caminhos possíveis para a superação dos desafios. Cerca de 22,7% sugeriram a implementação de auxílios financeiros emergenciais, 18,2% indicaram a necessidade de acesso a maquinários agrícolas para aumentar a produtividade, e 13,6% defenderam a capacitação técnica como meio de aprimorar a gestão da produção familiar.

Essas propostas dialogam com experiências exitosas documentadas em estudos como os de Alves da Rocha *et al.* (2022) que descrevem iniciativas adaptativas durante a pandemia na região metropolitana de Belém, como o uso de tecnologias digitais (*WhatsApp*, *delivery*) e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização, evidenciando o papel da organização comunitária como resposta resiliente à crise sanitária.

Portanto, os dados apresentados não apenas evidenciam a vulnerabilidade da agricultura familiar frente às emergências sanitárias, mas também reforçam a importância da construção de políticas integradas que considerem as especificidades territoriais e estimulem a inovação, a sustentabilidade e a organização comunitária como pilares para o fortalecimento desse setor estratégico para a segurança alimentar do país.

CONCLUSÃO

Os agricultores familiares sujeitos da pesquisa, enfrentaram desafios significativos na produção e comercialização de seus produtos, comprometendo a sua participação em feiras livres e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses desafios, que já eram evidentes antes da pandemia de COVID-19, foram intensificados durante o período pandêmico, refletindo não apenas as dificuldades locais, mas também as repercussões globais que atingiram cadeias produtivas e mercados.

Diante desse cenário, evidencia-se a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas que fortaleçam a agricultura familiar. Torna-se essencial a modernização de equipamentos e o fomento à inclusão digital, por meio de iniciativas com o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que pode ser ampliado para contemplar a aquisição de tecnologias digitais e plataformas de comercialização online. Paralelamente, a oferta de apoio técnico contínuo, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), deve ser reforçada para garantir orientação sobre boas práticas, acesso a certificações orgânicas e aproveitamento de políticas institucionais já existentes, como o próprio PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A articulação entre inclusão produtiva e sustentabilidade requer estratégias intersetoriais que considerem as especificidades regionais e promovam a inserção desses agricultores em circuitos mais amplos de comercialização. A pesquisa também aponta a importância de ampliar o entendimento sobre os entraves enfrentados pela agricultura familiar, contribuindo para a formulação de ações públicas mais eficazes e voltadas à valorização social, econômica e ambiental desse setor. Assim, recomenda-se a continuidade de estudos e o investimento em políticas adaptadas à realidade do Sul Fluminense, de modo a garantir a soberania alimentar, a redução das desigualdades no campo e o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PIBIC-PIBIT/UniFOA, edital 2020/2021, pela bolsa de pesquisa, apoio e suporte durante a realização deste projeto.



REFERÊNCIAS

- ALVES DA ROCHA, B. A. *et al.* Comercialização de produtos da agricultura familiar e a pandemia da COVID-19: um estudo de caso na região metropolitana de Belém. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 8, n. 1, p. 65-81, 2023. Disponível em: <https://owl.tupa.unesp.br/recodaf/index.php/recodaf/article/view/152>.
- ARAUJO, L. R. S. *et al.* 2019. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n.11, p. e00004819, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00004819>.
- BITTENCOURT, D. M. C. Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação. **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia-Capítulo em livro científico (ALICE)**. 34p, 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1126191/1/2Texto-Discussao-49-ed-01-2020.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.
- BRASIL. 2010. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 60 p.
- CAMPOS, R.F.A. *et al.* The economic impacts of the rural credit: An analysis of the Brazilian National Family Farming Strengthening Program by biome. **Regional Science Policy & Practice**, v. 16, n. 10, p. 100115, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rspp.2024.100115>.
- CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n.12, pp. 49-59. Brasília: IPEA, 2015.
- DE PAULA, M.M.; *et al.* Promoção da saúde e produção de alimentos na agricultura familiar. **Revista Interação Interdisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 50-67, 2017.
- FERIGOLLO, D. *et al.* Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 6, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006648>.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). 2014. **The State of Food Insecurity in the World. Rome: FAO, 2014**. Disponível em: The State of Food Insecurity in the World (SOFI) 2014 | FAO | Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8>.
- KLOSTER, S. L.; STROPARO, T. R. Ervas medicinais: Promovendo sustentabilidade e renda na agricultura familiar. **Lumen Et Virtus**, v. 15, n. 40, p. 4826-4837, 2024. <https://doi.org/10.56238/levv15n40-064>.
- MEDEIROS, M. *et al.* A constituição de uma novidade organizacional no Sul do Brasil: avanços e limites da participação da agricultura familiar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.209211>.
- MONTEIRO, E. P.; *et al.* Sucessão na agricultura familiar brasileira: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, p. 15729-15729, 2024.
- NEPOMOCENO, T. A. R. 2021. Efeitos da pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Revista Sítio Novo**, v. 5, n. 1, p. 21-34. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5399498>.
- NOGUEIRA, V. G. C.; MARCELINO, M. Q. S. Covid-19: impactos e estratégias para a comercialização de alimentos da agricultura familiar no DF. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 1, p. 117-117, 2021. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/1641>.

OLIVEIRA, T. C. *et al.* (In)Segurança alimentar no contexto da pandemia por SARS-CoV-2. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 4, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00055220>.

ROCHA JUNIOR, A. B. *et al.* Análise dos determinantes da utilização de assistência técnica por agricultores familiares do Brasil em 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 181-197, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.184459>.

SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M.; SOUZA, W. J. Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo Agrário**, v. 21, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/https://doi.org/10.24215/15155994e137>.

SCHAPPO, S. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **SER social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021.

TRENTIN, I. C. L. La Agroecología y la Manutención de la Agricultura Familiar en Brasil. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 4, n. 1, p. 886-902, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34188/bjaerv4n1-073>.

TROIAN, A.; MACHADO, E. T. L. 2020. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 50, p. 109-128. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.109-128>.

